

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.136 - MG (2019/0031368-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : S R DE M
ADVOGADO : IZILDO ALVES SOARES - MG080912

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. DENÚNCIA DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ABSOLVIÇÃO CONFIRMADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. PEDIDO RECURSAL DE INVERSÃO DO DECIDIDO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. VERBETE N.º 7 DA SÚMULA DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa na Apelação Criminal n.º 1.0071.13.002743-7/001.

Segundo os autos, o Juízo de primeiro grau absolveu o Recorrido com base no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, da imputação ministerial de estupro de vulnerável, descrita no art. 217-A do Código Penal (fl. 154).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, à qual a Corte de origem negou provimento, pelas razões assim sintetizadas na ementa do julgado (fl. 203; sem grifos no original):

"APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CP. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA NÃO CONVINCENTE. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. A palavra da ofendida tem relevante valor probatório em crimes sexuais, mas para que sua versão possa embasar o decreto condenatório deve transparecer confiança e retidão, perdendo credibilidade quando contraditória e desalinhada às demais evidências dos autos. Impõe-se a manutenção da sentença absolutória quando a negativa de autoria está corroborada por outros elementos de convicção, não havendo, lado outro, nenhum elemento capaz de comprovar a prática delitiva."

Opostos embargos de declaração pelo *Parquet*, foram rejeitados (fl. 230).

Sustenta a Acusação, nas razões do recurso especial, ofensa aos arts. 155, 156 e 386, inciso VII, do Código de Processo Penal; bem como ao art. 217-A do Código Penal (fl. 244). Aduz que *"as declarações da vítima e das testemunhas depoentes, prestadas durante a persecução penal, se afiguram mais do que suficientes para a prolação de um decreto condenatório, sem que se possa falar em fragilidade do conjunto probatório"* (fl. 251).

Ao final, pede a reforma do acórdão recorrido, a fim de condenar o Recorrente pela imputação de estupro de vulnerável (fl. 264).

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 267).

O recurso especial foi admitido (fls. 277-280).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do recurso especial, em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 290; sem grifos no original):

"PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. PEDIDO CONDENATÓRIO. NECESSIDADE DE INCURSÃO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PELO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO."

É o relatório. Decido.

O recurso especial não supera o conhecimento, ante o inegável reexame probatório para acolher o pleito recursal.

O Tribunal *a quo* analisou detidamente o arcabouço probatório e com base na prova oral produzida consignou que *"o conjunto probatório é frágil e não confere certeza alguma sobre a prática do delito narrado na denúncia, e, nesse contexto, por segurança, o mais adequado é a manutenção da solução absolutória, em nome do princípio in dubio pro reo"* (fl. 209).

Em atenção à regra probatória do *in dubio pro reo*, as dúvidas eventualmente existentes devem ser resolvidas em favor do acusado, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

No caso, a inversão do decidido pelo Tribunal *a quo*, a fim de condenar o Recorrido, é inviável no espectro de cognição do recurso especial, por demandar acurada análise do conteúdo fático-probatório dos autos, indispensável ao juízo de certeza exigido para formação da culpa. Portanto, aplica-se o entendimento consolidado no Verbete n.º 7 da Súmula do STJ, do seguinte teor: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*"

Nesse sentido, ainda, cito o seguinte julgado:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 330 DO CP E 386, III E VII, DO CPP. ABSOLVIÇÃO. OFENSA AO ART. 155, § 4º, DO CP. DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar a condenação, a absolvição e a desclassificação. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 1.194.962/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora